

**“Será a senhorita tão severa em relação a seu próprio sexo”(?)  
Sociedade, Família e Casamento em *Orgulho e Preconceito* de Jane Austen (1775-1817)**

**Marina Pereira Outeiro** (Mestranda UFRGS)

**RESUMO**

Busca-se estabelecer um diálogo entre História e Literatura para o estudo da sociedade inglesa do século XVIII, privilegiando a ascensão do romance como gênero literário. Para tanto, utiliza-se a obra de Jane Austen, *Orgulho e Preconceito*, centrado na busca do casal protagonista pelo casamento e da família. Primeiramente procede-se com a contextualização histórica da sociedade inglesa, em seguida considera-se alguns aspectos da família, e finalmente, empreende-se uma reflexão sobre o casamento e a busca pela felicidade. Além do referencial bibliográfico pertinente, busca-se auxílio teórico na Análise do Discurso e na Teoria de Gênero.

**Palavras-chave:** História; Jane Austen; Família; Sociedade.

**ABSTRACT**

The aim is to establish a dialogue between History and Literature for the study of eighteenth-century English society, favoring the rise of the novel as a literary genre. For this, the work of Jane Austen, *Pride and Prejudice*, is centered in the search of the couple protagonist by the marriage and the family. First we proceed with the historical contextualization of English society, then consider some aspects of the family, and finally, a reflection on marriage and the search for happiness is undertaken. In addition to the pertinent bibliographical reference, theoretical help is sought in Discourse Analysis and in Gender Theory.

**Keywords:** History; Jane Austen; Family; Society.

**Questões preliminares**

Atribui-se a autoria do único retrato original de Jane Austen, a sua irmã mais velha Cassandra, que teria pintando essa aquarela em algum dia esquecido do ano de 1810, em algum dos cômodos da residência familiar em Chawton. Ainda que a obra

retratasse uma mulher de aparência discreta, Jane Austen encontra-se entre as mais populares autoras da Inglaterra, apesar da enfermidade que abreviou-lhe a existência e restringiu sua obra literária.<sup>1</sup>

Às vésperas do bicentenário da morte da autora,<sup>2</sup> a obra austeniana permanece presente, implícita ou explicitamente, no meio cultural contemporâneo por meio de um amplo e variado repertório de formas. Seus romances foram traduzidos para inúmeros idiomas,<sup>3</sup> adaptados para o cinema e televisão,<sup>4</sup> e seus fãs contemporâneos passaram a produzir seus próprios romances nos quais buscam dar continuidade ou complementariedade aos livros de Austen, através de um estilo literário conhecido como *fanfic*.<sup>5</sup> Em 2013, ano do centenário do romance *Orgulho e Preconceito*, o *Royal Mail*<sup>6</sup> lançou selos comemorativos inspirados nos livros e nas personagens de Jane Austen.<sup>7</sup>

Além dos leitores aficionados pelos romances, estudiosos de diferentes disciplinas concentraram seus esforços na tentativa de compreender a mente da autora que concebeu heroínas originais e carismáticas, mediante o uso de uma linguagem acentuadamente irônica.

Atualmente presume-se que a popularidade das obras de Jane Austen encontre-se consolidada entre leitores e estudiosos, entretanto, durante o breve período de vida

<sup>1</sup> Razão e Sensibilidade (1811), Orgulho e Preconceito (1813), Mansfield Park (1814), Emma (1815), Persuasão e Northanger Abbey (1817).

<sup>2</sup> Jane Austen faleceu em 18 de julho de 1817 na cidade de Winchester, Inglaterra. A casa em que passou seus últimos anos de vida, em Chawton, hoje abriga o *Jane Austen's House Museum*.

<sup>3</sup> Segundo Gillian Dow, *Pride and Prejudice*, foi traduzido para o espanhol, italiano, português brasileiro, e alemão, e posteriormente para os idiomas grego, islandês, sérvio e eslovaco. Disponível em: <http://www.prideandprejudice200.org.uk/articles/seeing-something-of-new-countriestranslations-of-pride-and-prejudice-then-and-now/>. Acesso 06 de ago 2014.

<sup>4</sup> As obras de Austen receberam numerosas adaptações para a televisão e o cinema tais como as produções do canal inglês BBC, e filmes como *Sense and Sensibility* (1995) de Ang Lee, *Emma* (1996) de Douglas McGrath e *Prejudice and Pride* (2005), de Joe Wright. Disponível em: <http://www.janeausten.com.br/filmes-series-documentarios-sobre-jane-austen/> Acesso em: 06 ago 2014.

<sup>5</sup> Por se tratar de um fenômeno recente na produção literária, as definições de *fanfic*, abreviação do termo em inglês *fan fiction*, ou seja, “ficação criada por fãs” carece de elaboração. Por ora entende-se que trata-se de produções literárias de fãs que criam enredos alternativos a partir das obras de sua preferência.

<sup>6</sup> Royal Mail constitui-se no serviço postal nacional do Reino Unido. Inicialmente, tratava-se de um departamento governamental, transformando em indústria nacional em 1969, e posteriormente privatizado, em 2013. Atualmente é responsável pelo recolhimento e remessa universal de correspondência no Reino Unido.

<sup>7</sup> Conforme as imagens disponibilizadas pelo blog “Norvic Philatelics”. Disponível em: [http://blog.norphil.co.uk/2013\\_01\\_01\\_archive.html](http://blog.norphil.co.uk/2013_01_01_archive.html) Acesso em 06 de ago de 2014.

e mesmo após a morte da romancista, sua reputação literária oscilou entre elogios e críticas, como pontua Claudia Johnson:

Embora a reputação de Jane Austen tenha sido assegurada desde meados do século XIX, ela permaneceu como uma das grandes anomalias da história literária. Se alguns autores têm ocupado uma posição tão honrada nas fileiras da grande literatura, apenas alguns poucos inspiraram relatos tão divergentes sobre o que exatamente eles estariam fazendo lá em primeiro lugar (JOHNSON, 1988, p.xiii, tradução nossa).

Johnson destaca que, mesmo com o reconhecimento tardio de suas obras, o fato de Jane Austen haver conquistado uma posição dúbia no cânone literário inglês, apresentam-se como premissas contraditórias na carreira literária da escritora.

Para entender as dificuldades enfrentadas, não apenas por Austen, mas por todos os homens e mulheres que se aventuraram nas atividades literárias relacionadas ao gênero do romance, necessita-se observar as circunstâncias históricas, sociais e geográficas que influenciaram o desenvolvimento e a popularização deste gênero literário.

A Inglaterra do século XVIII, encontrava-se sob a égide das disputas entre a classe burguesa e a aristocrata, despontou como terra natal do texto romântico, de acordo com o entendimento de Sandra Vasconcelos:

O novo gênero teria, dessa forma, desempenhado função importante na criação de uma espécie de identidade de classe para os estratos sociais médios ascendentes [...] Trata-se de uma porta de entrada, um modo de ver como a nova classe foi construindo sua hegemonia cultural [...] pela obtenção de consenso para seu universo de valores, de normas morais, de regras de conduta, construção essa que não exclui, por certo, as tensões, embates e paradoxos [...] (VASCONCELOS, 2007, p. 21-22).

Particularmente no caso inglês, o romance apresentou-se como um gênero literário incerto, rapidamente associado a um segmento social igualmente duvidoso, isto é, a burguesia, que pleiteava espaço na sociedade inglesa. Vasconcelos (2007) destaca que o texto romântico, manifestava os princípios e inquietações de uma nova classe social, disposta a desafiar a hegemonia aristocrática.

No século XVIII, o continente europeu atravessava um momento de profundas mudanças, como o processo de independência dos Estados Unidos (1776) que repercutiu expressivamente no Velho Mundo. Posteriormente a Revolução Francesa (1789) com suas noções de direitos humanos, individualismo e a condenação as práticas de tortura, abalaram as tradicionais convicções aristocráticos. Acrescido as mudanças políticas e sociais, a Revolução Industrial principiava seu desenvolvimento, lançando um novo modelo de produção. Nesse sentido, Lynn Hunt (2009, p.29) registra que as mudanças nos pontos de vista pareciam acontecer todas ao mesmo tempo, em meados do século XVIII.

Se as circunstâncias históricas e sociais que cercam a ascensão do romance revelavam-se consideravelmente adversas, como as mulheres poderiam tomar parte na produção desse gênero literário cercado de suspeitas, sem arriscarem sua integridade moral? Como as mulheres poderiam ousar invadir o espaço público – um domínio notoriamente masculino, com suas composições literárias, tanto para questionar os princípios fundamentais da ordem social como para apresentar heroínas sôfregas e hesitantes?

Para a arqueóloga Ruth Martí (2003, p.111), a historiografia tradicional havia excluído as mulheres da História “universal” ou “geral”, involuntária, talvez simplesmente excluindo-as de seu programa.

Entretanto, diante do expressivo incremento e a qualidade dos estudos referentes a história das mulheres, verificados desde os anos de 1980, a historiadora Joan Scott passou a destacar a necessidade de explorar a natureza das relações travadas entre homens e mulheres no passado, além de igualmente privilegiar correlação no âmbito da história do passado e as práticas sociais da atualidade. Nesse sentido, Scott (1995, p.7), propõe uma análise que privilegie o conceito de gênero:

Ademais, o gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das ideias sobre

os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres.

De acordo com Scott, a admissão do conceito de gênero auxilia a compreender como os papéis comumente designados aos homens e mulheres, consolidaram-se mediante a dinâmica social em que ambos encontram-se circunscritos. Esse entendimento, contradiz expressamente noções baseadas em determinismos biológicos, tais como a força muscular do homem e a fragilidade do corpo feminino, utilizados para justificar a superioridade masculina.

O emprego do conceito de gênero, aventa novas possibilidades para a investigação histórica ao ofertar expedientes capazes de analisar as nuances que condicionam as relações entre dois sexos, percebendo-as como construções históricas e sociais.

Durante seus primeiros anos, a escrita dos romances verificou-se como um domínio predominantemente masculino, no qual despontaram Daniel Defoe (1660-1731), Samuel Richardson (1698-1761) e Henry Fielding (1707-1754). As obras desses romancistas encontravam-se profundamente condicionadas as novas experiências sociais e éticas ocorridas no século XVIII, conforme registra Ian Watt (1957, p.7):

Supondo que o aparecimento de nossos três primeiros romancistas dentro de uma única geração provavelmente não foi um completo acidente e que seus gênios não poderiam ter criado a nova forma, a menos que as condições da época também tivessem sido favoráveis, [...] e como Defoe, Richardson e Fielding tornaram-se seus beneficiários. (tradução nossa)

Watt percebe a existência de uma relação homóloga entre a produção literária e o processo social vigente na Inglaterra do século XVIII, cujo resultado manifestou-se nas narrativas pioneiras dos referidos romancistas. Para Watt, especialmente Richardson e Fielding percebiam-se como fundadores de um novo tipo de escrita, e, ambos julgavam produzir narrativas inéditas.

Na medida em que o romance popularizava-se durante o século XVIII, as mulheres gradualmente aventurem-se na escrita desse gênero. Assim, Charlotte Smith, Ann Radcliffe, Frances Burney, Mary Wollstonecraft e Maria Edgeworth, iniciaram suas

carreiras literárias meditante a produção de romances, contribuindo para acelerar o processo de difusão do gênero. Sandra Gilbert e Susan Gubar (1988, p.540) afirmam que o romance inglês parece ter sido, em boa parte, uma invenção feminina.

O romance *Orgulho e Preconceito*, inicialmente intitulado *First Impressions*, foi o segundo livro publicado de Austen, inicialmente rejeitado na primeira tentativa de publicação, quando a autora procurou a editora de Thomas Cadell. Segundo Johnson (2009, p.113), a justificativa para tal recusa justificava-se pelo fato de o enredo carecia de elementos góticos, isto é, não se adequava ao estilo em voga no período.

Neste romance, acompanhamos os caminhos percorridos por Elizabeth Bennet e Fitzwilliam Darcy em direção ao amor: em princípio os dois mostravam-se orgulhosos e preconceituosos, gradualmente observam, com espanto, as mudanças operadas em seus corações ao descobrirem-se mutuamente semelhantes e complementares.

A leitura de *Orgulho e Preconceito* (*O&P*) tornaria possível observar certas correspondências entre o romance e elementos do contexto histórico da Inglaterra, no qual Jane Austen viveu e produziu suas obras, isto é, os anos de 1790 a 1813?

Para tanto, privilegia-se o estudo da sociedade inglesa, especialmente as instituições do casamento e da família, tomando por referência o texto de *O&P*, de modo a constituir um contraponto ao referencial bibliográfico histórico pertinente. Igualmente utiliza-se o referencial teórico fornecido pela corrente teórica da *História Nova*, além da orientação metodológica da *Análise do Discurso*.

### **Sociedade inglesa do século XVIII: um breve comentário**

O século XVIII na Europa Ocidental testemunhou significativas mudanças sociais, políticas, econômicas e tecnológicas que afetaram expressivamente a sensibilidade de todos os povos. Na Inglaterra, esse período verificou-se particularmente expressivo, iniciado sob os auspícios da Revolução Gloriosa, responsável por

proporcionar as bases intelectuais para o Iluminismo. Esse episódio marcou a transição do feudalismo para o capitalismo, além de abranger o desenvolvimento da Revolução Industrial. Essas efervescências sociais e políticas, conforme Sandra Vasconcelos (2007, p.28-29), encontram-se diretamente relacionadas ao surgimento do romance:

As causas da ascensão do romance Watt encontram-se nas transformações que tiveram lugar no interior da sociedade inglesa, que ele identificou como sendo o desenvolvimento do capitalismo, a secularização do protestantismo, o poder crescente das classes comerciais e industriais e o crescimento do público leitor [...] Uma sociedade em processo de mudanças exigia que se encontrasse novos modos de representação que dessem conta de expressar as novas concepções de mundo, valores, ideais e desejos de uma classe em ascensão

Ao retomar os argumentos de Watt, Vasconcelos salienta que a evolução do capitalismo, a laicização dos princípios protestantes, a ascensão da burguesia e o crescimento da comunidade leitora, transformaram a sociedade inglesa, que requisitava perspectivas capazes de significar as novas ideologias.

Dentre as mudanças mais significativas verificadas na Inglaterra do século XVIII, o despontar do Iluminismo na sociedade inglesa influenciou profundamente o pensamento sobre a condição humana e a vida em sociedade. O Iluminismo, capitaneado pela elite intelectual europeia, almejava impulsionar o uso da racionalidade e aplicá-lo na reformulação da sociedade, bem como resgatar o conhecimento herdado da tradição medieval, consoante registra Francisco Falcon:

Partindo do primado absoluto da razão, princípio e garantia do progresso da humanidade, uma vez que este se identifica como o avanço do conhecimento verdadeiro, a *ideologia iluminista*, produz e/ou articula as principais *categorias* da sensibilidade intelectual do século XVIII: *cultura e civilização, progresso e liberdade, educação e humanidade* (FALCON, 1994, p.42).

De acordo com o autor, a razão apresenta-se como um mérito pessoal, e o homem esclarecido possui como missão promover a racionalidade e garantir sua supremacia entre seus iguais. Francisco Falcon (1994) assinala que o homem esclarecido jamais ultrapassa a medida imposta pela razão, a qual atribui a origem e

a pertinência de sua autoridade, motivo pelo qual refuta o poder que não fundamente-se na razão.

O Iluminismo na Inglaterra assumiu características singulares, pois a partir do pensamento de John Locke, foi desenvolvido um modelo de empirismo que privilegiava as experiências individuais, tomando-as como base para fundamentar ideias e reflexões em nível pessoal e coletivo. Conforme registra Paulo Nodari:

A experiência é a origem e fundamento de todo o conhecimento [...] As ideias, enquanto material de todo o conhecimento humano, são adquiridas por sensação e reflexão na relação direta do homem com o mundo. [...] Em suma, mostrar-se-á que o empirismo lockeano, na rejeição ao inatismo, dá primazia ao indivíduo e esta primazia conferida ao indivíduo será também o fundamento original de sua teoria política (NODARI, 1999, p.21).

Refletindo sobre o entendimento de Locke, Paulo Nodari destaca que para o filósofo todo o conhecimento provinha da experiência, premissa que refutava as concepções inatistas. Ao preconizar que a aquisição das ideias resultava da relação direta entre o sujeito e a natureza, Locke realocava o homem na nova estrutura da construção do conhecimento.

Além da nova concepção filosófica, a Inglaterra do século XVIII vivenciou, igualmente, o declínio do mercantilismo, um modelo econômico que durante séculos forneceu estabilidade e enriquecimento para a nação. De acordo com Falcon (1991, p.11):

Do nosso próprio ponto de vista acreditamos que o mercantilismo deve ser entendido como o conjunto de ideias e práticas econômicas que caracterizam a história econômica europeia e, principalmente, a política econômica dos Estados modernos europeus durante o período situado entre os séculos XV/XVI e XVIII.

Retomando o entendimento de Mauricio Dobb, Falcon admite o mercantilismo como a política econômica própria de uma época empenhada com a acumulação primitiva. Falcon salienta que o conceito de acumulação primitiva relaciona-se com a ideia de acumulação prévia de Adam Smith, noções relacionadas a um período que antecedeu o surgimento da produção capitalista, como forma preponderante de produção.

As políticas mercantilistas, associadas a lógica do sistema colonial, pautavam-se por princípios que estabeleciam uma relação direta entre a prosperidade de um país e a posse de recursos materiais, ou seja, o ouro e a prata. O mercantilismo igualmente pressupunha a importância de atribuir ao Estado o dever de interferir no desenvolvimento da riqueza nacional, através da imposição de medidas protecionistas.

Porém, o sistema mercantilista não se encontrava livre de questionamentos, seus primeiros críticos, os fisiocratas, defendiam que a verdadeira riqueza advinha da terra, cujos lucros excediam os gastos. O filósofo e economista Adam Smith, apresentou contundentes críticas ao modelo mercantil em sua obra *Ensaio sobre a Riqueza das Nações* (1776), especialmente ao intervencionismo estatal.

Nos últimos anos do século XVIII, a Inglaterra lançou os primeiros passos rumo a Revolução Industrial, deixando progressivamente a produção artesanal em benefício do uso de maquinário e da energia a carvão. Alguns anos após a iniciativa inglesa, gradualmente o continente europeu aderiu as novas tecnologias produtivas. Conforme pontua Eric Hobsbawm (2006, p.15):

O Estado mais bem-sucedido da Europa no século XVIII, a Grã-Bretanha, devia plenamente o seu poderio ao progresso econômico, e por volta da década de 1780 todos os governos continentais com qualquer pretensão a uma política racional estavam consequentemente fomentando o crescimento econômico, e especialmente o desenvolvimento industrial, embora com sucesso muito variável.

O historiador destaca que o crescimento das atividades comerciais e manufatureiras verificado na Inglaterra no século XVIII, encontrava-se relacionado com o despontar dos princípios iluministas. Hobsbawm registra que os conhecimentos científicos consagravam-se a resolução de problemas produtivos, e que durante o ano de 1780 ocorreram os avanços tecnológicos mais significativos.

Os ideais do Iluminismo e o desenvolvimento industrial promoveram nas cidades o aumento populacional e o desenvolvimento da urbanização. No campo, a prática dos

cercamentos das propriedades rurais, em nome dos avanços técnicos e do enriquecimento pessoal, extinguiram os direitos comunais, obrigando os camponeses a deslocarem-se para os centros urbanos em busca de emprego. Edward Thompson (1984, p.268) registra que:

[...] o cercamento dos campos e o progresso agrícola, estavam de certo sentido, relacionado com um controle eficaz da mão de obra. O cercamento e um progressivo excedente de mão de obra, em finais do século XVIII, dificultaram a situação daqueles que possuíam emprego fixo; depararam-se com as alternativas do emprego parcial e as leis dos pobres, ou a submissão a uma disciplina de trabalho mais exigente.

O historiador registra que o cercamento e as inovações tecnológicas agrárias visavam conformar o meio rural e seus trabalhadores em benefício do capitalismo em desenvolvimento. Thompson ainda destaca a existência de um debate entre os defensores da mão de obra assalariada, com emprego fixo, e os apologistas do trabalho contratado, isto é, os homens e mulheres contratados para realizar atividades laborais esporádicas.

As transformações das relações e técnicas de trabalho verificadas tanto na cidade quanto no campo, a gradual consolidação do racionalismo, a emergência do capitalismo e de uma nova classe social provocaram expressivas mudanças nas condições de vida dos homens e mulheres da Inglaterra do século XVIII, segundo aponta Falcon (2009, p.45):

O capitalismo propriamente dito tende a contrapor-se a todas essas formas de produção camponesa e sua versão mais conhecida é a dos cercamentos ou *enclosures*, levados a efeito, principalmente na Inglaterra, por setores da aristocracia ou por elementos burgueses com a finalidade de imprimir às relações no campo um caráter essencialmente capitalista, pressupondo a supressão forçada de todas as formas de exploração pré-capitalista, com a consequente expropriação e mesmo expulsão do antigo campesinato.

O autor assinala que o capitalismo se impôs sobre as tradicionais estruturas econômicas baseadas na posse e no cultivo da terra, alterando as relações sociais correlatas a esse sistema. Falcon destaca que na cidade se estabeleceu o artesanato e a manufatura; no primeiro, o artesão possui uma pequena oficina, na

qual controla os meios de produção e o processo produtivo, na segunda, o produtor submete-se a um empresário, que dispõe dos instrumentos e da matéria-prima e que se apropria do produto final, pagando ao artífice um salário.

Embora o capitalismo rumasse em direção a hegemonia, a sociedade inglesa do século XVIII ainda valorizava extremamente a propriedade da terra, que permanecia associada não somente a obtenção de proventos, mas a uma condição social de prestígio. Com a chegada de uma nova formatação sócio-econômica de caráter capitalista, acrescida de princípios como liberalismo e o individualismo, se acentuava a distância entre os diferentes segmentos sociais.

Diante de tal premissa, consideramos pertinente destacar outra característica da sociedade inglesa setecentista, a polarização da sociedade entre duas classes preponderantes, isto é, a *gentry* e os trabalhadores pobres (ou *plebeus*), respectivamente, a classe privilegiada e a classe desprivilegiada, embora seja imprescindível referenciar a concepção de *gentry* conforme o entendimento de Christopher Hill (1987, p.29):

[...] a pequena nobreza, geralmente agrária. Também era chamada de *nobilitas minor*, em latim, para distinguir-se da *nobilitas maior*, ou nobreza (propriamente dita), ou ainda aristocracia — que se compõe dos lordes, ou seja, nobres titulados: duque, marquês, conde, visconde e barão. A aristocracia inglesa normalmente, até o século XVII, é mais rica e poderosa do que a mera *gentry*.

A *gentry* constituía um segmento social associado a propriedade da terra, detentor de uma posição privilegiada na estrutura hierárquica social em contraponto com a classe de trabalhadores pobres ou *plebeus*, majoritária em termos de integrantes e que, segundo Thompson (1998, p.26), eram agrupados em uma mesma categoria conhecida como *gentry*: miseráveis, pequenos fazendeiros vigorosamente independentes, pequenos camponeses, homens do campo, artesãos rurais e assim por diante.

Durante o decorrer do século XVIII, a convivência entre grupos sociais tão distintos nem sempre foi pacífica a despeito da formal (ainda que indireta) hegemonia da *gentry*: os conflitos muitas vezes tomaram proporções violentas e o reequilíbrio só

era novamente adquirido mediante negociações, conforme salienta Thompson (1998, p.57):

Num certo sentido, os governantes e a multidão precisavam um do outro, vigiavam-se mutuamente, representavam o teatro e o contrateatro um no auditório do outro, moderavam o comportamento político mútuo. É uma relação mais ativa e recíproca do que normalmente lembrada sob a fórmula “paternalismo e deferência”.

Sem dúvida os setecentos foram anos de efervescência múltipla para a Inglaterra, e testemunhara avanços, retrocessos e contradições, na marcha hesitante dos homens e mulheres período. Mas ainda deve-se refletir sobre como os acontecimentos daquele século influenciariam uma das mais tradicionais instituições do mundo ocidental, isto é, a família.

### **Considerações sobre a família inglesa do século XVIII**

A família e o casamento são tópicos recurrentes e quase inesgotáveis na produção literária feminina, devido à centralidade que tais prerrogativas ocupavam na realidade das romancistas inglesas, tanto nas discussões do cotidiano como em suas expectativas sociais para o futuro. O mundo doméstico com todos os seus desdobramentos se constituía no âmbito feminino por excelência, e Jane Austen fez da família – com todas as alegrias e atribulações vividas por seus membros, uma de suas temáticas centrais:

[...] a súmula do que seria a temática e a estilística pessoais de Jane Austen ao longo de sua criação literária: a apresentação minuciosa da vida corriqueira de uma cidadezinha interiorana, a organização das famílias na sociedade aristocrática da Inglaterra da virada do século XVIII para o século XIX, as irmãs casadoiras cuja única esperança de realização é conseguir um casamento “confortável” [...] (BARROSO, 2009, p.9).

Compondo romances capazes de transformar realidades singelas e provincianas, mediante personagens profundas, sensíveis e convictas que conviviam com a frivolidade, hipocrisia e infâmia, Jane Austen apresentava uma profunda reflexão sobre a psiquê humana, especialmente a feminina. Entretanto, a obra de Austen

encontrou diversos detratores, que procuravam diminuir a pertinência de suas construções, conforme aponta Claudia Johnson (1988, p.xvi):

Construindo um “mito de limitação” leitores vitorianos, postulavam para Austen uma mente que carecia daquilo que Lewes chamou de “cultura literária ou filosófica”, tão destituída de ideias que ela não tinha escolha, a não ser trafegar através da arte hábil, mas inferior do miniaturismo para seu próprio bem (tradução nossa).

Os críticos de Austen preconizavam que nas obras da autora encontravam-se ausentes quaisquer referências as questões filosóficas mais imperativas de sua época, ou mesmo menções ao cânone literário, que encontrava-se em progressiva consolidação. Para eles, a aparente falta de conhecimento da autora com relação a essas temáticas conduzia seus textos em direção ao miniaturismo, isto é, a construção em proporção reduzida de sua própria realidade.

Em *Orgulho e Preconceito*, Austen desvela ao leitor a intimidade da família Bennet, composta por pai e mãe – senhor e senhora Bennet, e suas filhas Jane, Elizabeth, Lydia, Catherine e Mary, residentes na propriedade de Longbourn localizada em Hertfordshire. Embora Austen não pormenorize, percebe-se que a família dispõem de uma vida confortável, possuindo uma casa ampla e criadagem para a execução das tarefas domésticas. A dinâmica familiar descrita por Austen na figura dos Bennets, encontrava correlação com a realidade das famílias inglesas do século XVIII? De acordo com Elen Biguelini (2009, p.24), a intimidade familiar ocorria no ambiente doméstico:

O lar é o lugar no qual estes indivíduos passavam a maior parte do seu tempo lendo, estudando, comendo, dormindo, jogando cartas ou administrando a casa, fazendo todas aquelas atividades privativas que cabem apenas aos membros da família ou aos amigos mais próximos. Logo, tudo que se refere ao núcleo familiar e a casa alude a um meio privado que se opõe a tudo aquilo que se refere à sociedade, ao meio público que é aberto à observação.

Biguelini (2009) destaca que a rotina das famílias tradicionais caracterizava-se pela presença de numerosos compromissos sociais, e que apesar do apreço pelo convívio privado, e em nível individual, a sociabilidade consistia-se em um aspecto

extremamente relevante para os membros familiares – conforme demonstram as meninas Bennets ao longo do romance.

Tomar a literatura como fonte historiográfica suscitou acirradas polêmicas entre os historiadores, cujos críticos afirmavam que a liberdade artística do autor comprometeria a veracidade de seus relatos. Tal postulado apresentava-se como inaceitável para a história tradicional, que privilegiava o emprego de textos considerados oficiais.

Na época de Austen, a influência das Luzes principiou as discussões sobre os benefícios da conjugação entre história e literatura que, estendidas aos anos seguintes, tornaram o século XX responsável pela concepção dos fundamentos que justificavam a fruição dos textos literários enquanto corpo documental, especialmente para os historiadores da “terceira geração” da Escola dos *Annales*. São pertinentes as palavras de um dos fundadores da referida corrente, Marc Bloch (2002, p.133-134):

Não se ousaria mais escrever hoje em dia, pura e simplesmente, que a literatura é “a expressão da sociedade”. Pelo menos não o é de forma alguma no sentido em que um espelho “exprime” o objeto refletido. Ela pode traduzir tanto reações de defesa quanto uma concordância. Ela carreia, quase inevitavelmente, um grande número de temas herdados, de mecanismos formais aprendidos na oficina, antigas convenções estéticas, que são também causas de atraso.

Para o historiador, as produções literárias manifestam-se como fruto de seu próprio tempo, e, por isso, expressam sensibilidades, questionamentos e contradições coletivas, de modo que cabe ao historiador determinar, em meio ao verossímil, aquilo que efetivamente figura como histórico.

A historiadora Sandra Pessavento (2006, p.19) considera extremamente propícia as aproximações entre História e Literatura, pois afinal ambas as disciplinas se configuram em exemplos de formas narrativas da realidade:

A sintonia fina de uma época, fornecendo uma leitura do presente da escrita, pode ser encontrada em um Balzac ou em um Machado, sem que nos preocupemos com o fato de Capitu, ou do Tio Goriot e de Eugène de Rastignac, terem existido ou não. Existiram enquanto

possibilidades, como perfis que retratam sensibilidades. Foram reais na “verdade do simbólico” que expressam, não no acontecer da vida. São dotados de realidade porque encarnam defeitos e virtudes dos humanos, porque nos falam do absurdo da existência, das misérias e das conquistas gratificantes da vida. Porque falam das coisas para além da moral e das normas, para além do confessável, por exemplo.

Segundo Pessavento (2006), mesmo os personagens mais fictícios carregam uma parcela do real, isto é, toda a criação literária possui elementos da temporalidade de seu autor, que através delas, engendra um testemunho dos vícios e dos predicados de seu tempo e de sua comunidade.

Feitas essas observações, voltemos ao contexto do século XVIII inglês, e especialmente para as ideias iluministas que alteravam expressivamente a configuração da família tradicional, e mesmo sua função social. Como salienta James Cassey (1992, p.26), a liberdade individual, por sua constante exigência de defesa, promovia o sentido de autoconfiança do cidadão e, neste ponto, a família despontava como a primeira experiência de convívio social dos indivíduos e a fonte para a concretização desse sentimento.

A família inglesa dos anos setecentos estava estabelecida de acordo com os mesmos princípios que influenciavam as demais famílias europeias, isto é, o modelo tradicional. De acordo com Biguelini (2005, p.22) a família tradicional, compõe-se de “não somente de pai, mãe e filhos, mas ao qual também pertencem amigos, tios, avós, sobrinhos, primos e servos”.

Os estudos de Friedrich Engels referentes à família refletem sobre as repercussões causadas pelo estabelecimento da noção de propriedade privada, que promoveram mudanças nos papéis do homem na dinâmica familiar. Engels destacou que com essa mudança conferiu ao homem o papel central no acúmulo das riquezas, posteriormente herdadas por sua progênie, rompendo, assim, com o paradigma anterior, que privilegiava a herança materna:

Bastou decidir simplesmente que, de futuro os descendentes de um membro masculino permaneceriam na gens, mas os descendentes de um membro feminino sairiam dela, passando a gens de seu pai. Assim foram abolidos a filiação feminina e o direito hereditário

materno, sendo substituídos pela filiação masculina e o direito hereditário (ENGELS, 1984, p. 60).

Conforme a sociedade inglesa marchava rumo ao individualismo e liberalismo, a importância da propriedade aumenta, bem como a preocupação em assegurar sua permanência dentro do grupo familiar, agora sob a pauta da patrilinearidade, ressignificou o papel do homem no interior da família, tornando-o membro central.

### **Estrutura familiar e papéis de gênero**

Buscando proceder com a devida reflexão sobre o romance *Orgulho e Preconceito*, consideramos pertinente buscar elementos teóricos que possibilitessem o exame de um texto literário, e para tanto, partiu-se do entendimento de Hugo Mari (2000, p.16), isto é, o discurso, devido a sua singularidade, revela algum fato que escapa aos instrumentos disponíveis.

Diante dessa premissa, privilegiou-se as premissas da Análise do Discurso (AD), disciplina que conforme Eni Orlandi oportuniza compreender como as relações de poder são significadas e simbolizadas. Assim, se considera o argumento de Orlandi (2005, p.10), no sentido de realizar a prática da leitura como proposta por Michel Pêcheux, ou seja, expondo o olhar do leitor à opacidade do texto, objetivando a compreensão do que o sujeito diz em relação a outros dizeres, ao que ele não diz.

Austen apresenta o clã Bennet formado por pais e filhas afetuosas, vivendo em um lar alegremente tumultuado, no qual imperava uma relação informal – cada um podia se expressar abertamente, o que por vezes repercutia em certos atrevimentos por parte de Elizabeth, Lydia e Kitty.

Conquanto, em alguns casos o senhor Bennet buscasse eximir-se de certas obrigações paternas, o leitor pode facilmente identificá-lo como o chefe familiar, pois logo no primeiro capítulo nos deparamos com sua esposa, a senhora Bennet, insistido para que o marido visitasse formalmente um jovem cavalheiro recém-chegado à província, e que havia alugado a magnífica residência de Netherfield Hall:

– Mas pense em suas filhas. Reflita um pouco sobre a situação que isso representaria para uma delas. Sir William e Lady Lucas estão decididos a ir exatamente pela mesma razão, pois em geral, como bem sabe, os dois não visitam recém-chegados. Precisa mesmo ir, pois será impossível nós o visitarmos se o senhor não o fizer (AUSTEN, 2009, p.21).

O motivo que levavam a senhora Bennet a insistir que seu marido observasse tal formalidade residia no fato de que o forasteiro, o senhor Charles Bingley, apresentava-se como um excelente partido para qualquer jovem da região. Como mãe de cinco filhas, a senhora Bennet preocupava-se com a urgência de arranjar-lhes um casamento vantajoso o mais rápido possível.

A estrutura patriarcal que vigorava na sociedade inglesa do século XVIII transformava o homem na figura essencial da família; ele exercia todas as funções representativas na esfera pública, dispunha do pátrio poder, bem como o compromisso de manter a prática dos bons costumes no interior da família. Este princípio vigorava entre todos os clãs ingleses, desde as mais humildes até as mais abastardadas e, dada a preponderância do homem, era indispensável para a perenidade familiar a primogenitura masculina, pois a herdade paterna só poderia ser transmitida aos filhos varões.

Jane e Cassandra Austen encontraram as mesmas dificuldades para dispor da herança, e a romancista retratou essa realidade jurídica em *Orgulho e Preconceito*. Elizabeth Bennet e suas quatro irmãs eventualmente veriam-se destituídas da propriedade familiar de Longbourn:

Os bens do senhor Bennet consistiam quase inteiramente numa propriedade que lhe rendia duas mil libras por ano e que, infelizmente para as filhas, seria transferida, na falta de herdeiros do sexo masculino, para um parente distante; e a fortuna da mãe, embora mais que suficiente para sua sobrevivência, mal poderia suprir a falta dos recursos paternos (AUSTEN, 2009, p.43).

Nas famílias inglesas, o quinhão das filhas consistia nos arranjos do dote enquanto os filhos herdavam a propriedade e o título paterno. No caso da família Bennet, quando o patriarca falecesse, o dote que a senhora Bennet recebera quando de suas núpcias seria a única fonte de renda para o sustento familiar.

Nos segmentos sociais que dispunham de melhores meios para a acumulação de riquezas e bens variados, isto é, desde as incipientes burguesias até alta *gentry*, a existência da transmissão de propriedade acentuava a diferenciação entre filhos e filhas. Quando a jovem casava-se, passava a integrar a família de seu marido; no intuito de manter a propriedade e eventuais títulos nobiliárquicos no seio da família, apenas os filhos poderiam dispor desses bens.

A configuração eminentemente patriarcal da família dava ao homem as prerrogativas da representação familiar no âmbito público, e, no particular, subordinava a mulher e os filhos ao seu poder. O pai, isto é, o chefe da família conduzia todos os assuntos familiares e tomadas de decisão, enquanto a mulher estava circunscritas ao lar e a família.

A exclusão da participação feminina em assuntos de vital importância para o grupo familiar, cuja repercussão espraiava-se para o meio social, evidencia a disparidade existente entre os gêneros na sociedade inglesa. A autoridade exercida pelos homens de maneira inconteste sobre todos os aspectos da vida pode ser compreendida à luz das considerações do sociólogo Pierre Bourdieu:

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos [...] é a estrutura do espaço opondo o lugar da assembleia ou do mercado, reservado aos homens, e a casa, reservada às mulheres. (BOURDIEU, 2002:n.p)

Conforme registra Bourdieu, a supremacia masculina se exerce através da “violência simbólica”, operada por meio de mecanismos simbólicos da interlocução, do intelecto, ou mesmo da insipiente; essa autoridade reveste o segmento masculino, dispensa fundamentações por se apresentar de forma neutra, isto é, como se fosse natural, além de ser reforçada pelo ordenamento social.

Esta dinâmica vigorava entre todas as famílias inglesas, segundo registra Philippe Ariès (1962, p.404) “onde a família existia, isto é, nas casas grandes, o centro das relações sociais, a capital de uma sociedade pouco complexa e graduada sob o comando do pater-familias.”

Assim como os papéis atribuídos ao marido e a esposa, apresentavam-se de maneira bem definida, igualmente poderia verificar-se tal imputação com respeito aos filhos, especialmente no que concernia a educação própria para cada gênero.

Em famílias prósperas, durante os primeiros anos da adolescência os jovens recebiam uma educação formal, frequentando escolas preparatórias masculinas ou casas paroquiais, sob a tutela de pároco-professor. Ao atingirem a maturidade, suas principais atividades consistiam na prática de esportes, como a caça, frequentar salões de bailes ou realizar longas viagens pelo campo ou cidades. Conforme evidencia Pinion (1973, p.38)

As carreiras para os filhos da pequena burguesia, foram limitadas. O filho mais velho geralmente herdava a propriedade da família; ele poderia se tornar um baronete e proprietário de terras, como Sir Thomas Bertram. Os filhos mais novos poderiam entrar no exército ou marinha; em última análise, sua fortuna dependia de quantos “prêmios” eles capturassem enquanto seu país estivesse em guerra. Outra possibilidade era a Igreja. (tradução nossa).

Nos romances de Austen, conforme alude Pinion, a carreira militar figurava como principal recurso para rápido acesso aos altos círculos sociais, pois tornar-se um funcionário do exército ou marinha, repercutia em grande valorização do *status* pessoal. Mesmo um jovem proveniente de uma família modesta, mediante seu esforço individual, poderia alcançar sucesso na vida militar, elevando-se acima de sua condição social prévia.

As jovens provenientes de famílias prósperas, recebiam uma educação voltada para as necessidades do lar e criação dos filhos, e instrução nas artes de entretenimento para o deleite do círculo familiar, como música e desenho.

No século XVIII, Mary Wollstonecraft<sup>8</sup> criticou abertamente o modelo educacional feminino vigente, que alienante do ponto de vista social, criava mulheres fúteis e coquetes, dadas a rompantes emocionais e sentimentalismos excessivos, conforme assinala Johnson (1995, p.31):

Wollstonecraft sempre insiste que os vícios das mulheres resultam da educação recebida através das mãos de homens libertinos, e suas descrições do comportamento feminino primeiramente parecem tomar seu lugar dentre a uma literatura virulentamente misógina: uma “astúcia lamentável”, ela reclama, “desgraçadamente caracteriza a mente feminina” [...].

De acordo com Wollstonecraft, as falhas do caráter feminino deviam-se a péssima educação oferecida às mulheres, tanto em nível familiar quanto social. Os agentes educacionais, antes de promover o enaltecimento das virtudes femininas, somente reforçavam suas piores qualidades.

A escrita de Jane Austen caracterizava-se pela ironia velada com a qual criticava as exigências incoerentes que a sociedade inglesa fazia às mulheres no século XVIII, ao determinar certos pressupostos intelectuais, morais e comportamentais que deveriam regrar sua conduta. Considera-se significativo o diálogo entre Caroline Bingley, Darcy e Elizabeth Bennet, cujo tema centrava-se nas qualidades necessárias, a jovem que desejasse ser reconhecida como “prendada” (AUSTEN, 2009, p.54-55). Para a senhorita Bingley:

[...] Uma mulher deve ser profunda conhecedora de música, canto, desenho, dança, e línguas modernas para merecer tal adjetivo. E além de tais dotes, deve possuir algo mais em suas atitudes e modo de andar, no som de sua voz, em seu vocabulário e no modo como se expressa, ou o termo seria apenas parcialmente merecido.

– Tudo isso ela deve possuir – acrescentou Darcy – e, a tudo isso ela deve ainda somar algo mais substancial, como o aperfeiçoamento do intelecto através da leitura.

– Já não me surpreende mais que o senhor conheça apenas seis mulheres prendadas. Agora me pergunto se realmente conhece alguma. (Elizabeth Bennet)

– Será a senhorita tão severa em relação a seu próprio sexo a ponto de duvidar da possibilidade de tudo isso? (Darcy)

– Nunca vi uma mulher assim. Nunca vi tanta habilidade, bom gosto, determinação e elegâncias juntas, como descreveu. (Elizabeth Bennet).

---

<sup>8</sup> Escritora e filósofa inglesa, defendeu vigorosamente os direitos das mulheres.

Através de Elizabeth Bennet, Austen criticava as exigências sociais que oprimiam as mulheres inglesas, mesmo no âmbito familiar, quando se estabeleciam as primeiras atribuições de funções entre seus membros, que não deixavam de reproduzir a hierarquia social que subordinava as mulheres aos homens.

Não obstante fosse influenciada pelos valores da sociedade, a família deste período procura se fechar em si, isto é, estabelecendo seu espaço no privado privilegiando a intimidade domiciliar em relação às incertezas do espaço público.

A Arqueologia de Gênero busca associar os conceitos de “espaço” e “mulher”, assumindo que as mulheres necessitam redefinir sua identidade e, para tanto, propõe os parâmetros sobre os quais essa identidade se constrói: o tempo e o espaço. De acordo Ruth Martí, as mulheres eram estimuladas a priorizar o espaço, não somente em virtude de sua responsabilidade para com o cuidado da prole, mas igualmente para zelar pelo grupo social, compromisso que implicava a execução das tarefas de manutenção da vida diária, como o preparo de alimentos e a confecção dos tecidos para o vestuário:

Devemos pensar que o “espaço” é uma dimensão estática, enquanto o “tempo” é uma dimensão dinâmica e, em razão desses dois conceitos, podemos classificar as identidades do homem e da mulher. Os homens fazem seu modelo de realidade construído sobre a prioridade do parâmetro “tempo”, enquanto as mulheres mantêm uma percepção da realidade sobre o parâmetro mais estático, o espaço. [...] A identidade do gênero feminino manteve a preferência do “espaço” como eixo construtor da realidade, enquanto a identidade de gênero masculina deu prioridade ao “tempo”. (MARTÍ, 2003, p. 205, tradução nossa)

A identidade feminina fomentou o desenvolvimento de um papel afetivo e expressivo, constituída mediante a vinculação das mulheres ao espaço e, em virtude dessa premissa, as mulheres passaram a ser automaticamente associadas ao âmbito doméstico e seus afazeres.

Esse processo de interiorização e domesticidade poderia ser também uma estratégia masculina para reforçar a permanência da mulher no lar? Ou essa ritualização de práticas essenciais como as refeições, ou mesmo meramente

recreativas como os jogos de cartas, a prática de saraus domésticos e mesmo as relações com um número menor de famílias foram meros resultados de uma mudança de mentalidade que primava pelo individualismo em detrimento do coletivo?

Admite-se que uma expressiva construção ideológica proveniente da sociedade patriarcal inglesa condicionava homens e mulheres a buscarem na constituição de suas próprias famílias – e na resultante domesticidade que produziam, o objetivo de suas vidas.

### **O casamento e a busca pela felicidade**

Em *Orgulho e Preconceito* o casamento figura como um dos temas centrais e se conjuga com a temática da herança paterna. A grande preocupação da senhora Bennet era arranjar bons casamentos para suas cinco filhas, pois com a morte de seu marido a propriedade de Longbourn passaria ao parente masculino mais próximo, William Collins. A própria trama inicia-se narrando à chegada de um jovem cavalheiro, o senhor Bingley, que aluga a exuberante propriedade de Netherfield Park, atitude que tornava-o um excelente partido para qualquer jovem da região.

]A família Bennet travou suas primeiras relações com Bingley em um baile da província, estando ele acompanhado de duas irmãs, um cunhado e um amigo cuja figura e o comportamento frio e atitudes orgulhosas o destacam dos demais, o senhor Fitzwilliam Darcy. Neste baile, Bingley e Jane manifestam interesse mútuo e afinidades, mas o primeiro contato entre Elizabeth e Darcy não ocorreu nos melhores termos. Em uma atitude arrogante ele menospreza a aparência da jovem lhe recusando uma dança sem saber que ela ouvia suas palavras. As primeiras impressões que Elizabeth e Darcy deixam um no outro são pouco cordiais, mas serão o ponto de partida para o desenvolvimento da trama, que gradualmente desfará as marcas deixadas pelo primeiro encontro.

Contudo, nos primeiros capítulos do romance, o leitor acompanha os artifícios empregados pela senhora Bennet no sentido de promover a aproximação entre Jane e Bingley, visando o casamento entre ambos. Perseguindo tal objetivo, a senhora

Bennet comete várias descomposturas, deixando Elizabeth embarcada em mais de uma ocasião. Embora não se objetive compor um discurso apologético para a matriarca Bennet, o casamento, na vida social da mulher inglesa do século XVIII, firmava-se como sua principal meta de vida, segundo Vasconcelos (2007, p.125-126):

Tratadas pelas leis do início do século como seres dependentes, irresponsáveis e incapazes e com poucas opções de mercado de trabalho, por causa da nova estrutura econômica capitalista, as mulheres tinham no casamento uma das poucas ocupações legais a sua disposição.

Devido à fragilidade física e emocional atribuída a condição feminina, os poderes legislativos consideravam as mulheres como eternas menores dentro da perspectiva jurídica, que necessitavam da constante proteção masculina, obtida pela via do matrimônio. Mais do que a possibilidade de realização afetiva através da vida conjugal, o casamento encontrava-se sob os auspícios da religião e da legislação inglesa expressamente protegido na *Marriage Bill* ou *Hardwicke's Marriage Act*, promulgado em 1753.

O casamento se apresentava como um imperativo social nas vidas das mulheres inglesas do século XVIII, que se preparavam para essa união desde a infância, conforme o exame anterior, de modo a reunirem todos os atributos necessários para o desempenho do papel de esposa.

Além de dispor das inúmeras qualidades idealizadas pela sociedade, a jovem necessitava possuir um generoso dote para se tornar realmente interessante aos seus possíveis pretendentes, afinal o dote da noiva constituiria a grande parte dos proventos da nova família. Olwen Hufton (1991, p. 43) destaca as dificuldades enfrentadas pelos pais para dotar adequadamente suas filhas:

No século XVII, mais de um terço das filhas da aristocracia escocesa ficavam solteiras, e entre o pariato inglês a proporção era quase a mesma. Em grande parte isto se explica pelo montante dos dotes, cada vez mais elevados. Satisfazer o dote de mais de uma filha depauperava severamente, mesmo entre as famílias mais ricas, o patrimônio familiar.

Muitos noivados estendiam-se durante anos devido à falta de recursos dos noivos, realidade que Jane Austen não desconhecia, pois o noivado prolongado de sua irmã Cassandra com Thomas Fowle, deu-se em virtude da falta de recursos financeiros para realizar as bodas, condição que levou o jovem a tentar a sorte no Caribe, onde faleceu de febre amarela em 1797 (BARROSO, 2011, p.11).

O destino das mulheres que por ventura não pudessem contrair matrimônio, caracterizava-se por inúmeras dificuldades, mesmo para aquelas que dispunham de meios para exercer algumas das poucas atividades profissionais a elas reservadas, como certifica Elen Biguelini (2009, p.29):

Quanto às mulheres, caso optassem por não casar (se sua família o permitisse) ou não recebessem propostas de casamento, não tinham muitas opções a que recorrer. Katherine Gleadle afirma que a necessidade de segurança econômica não poderia ser negligenciada pelas mulheres. As profissões qualificadas que lhes eram permitidas eram poucas. As jovens da classe média poderiam ser professoras ou preceptoras, mas a posição de *governess* era a mais comum.

]A jovem que não se casasse e igualmente não pudesse desempenhar uma profissão, provavelmente permaneceria dependente economicamente do pai, ou, na falta deste, de um irmão, além de ser estigmatizada socialmente como “solteirona”.

Enquanto a senhora Bennet se esforçava para promover as núpcias de Jane com Bingley, descobre que Collins, em visita a família, desejava encontrar entre suas primas uma esposa e expressou sua preferência por Jane. A matrona lhe comunicou sobre o eminente noivado da filha mais velha, apresentando Elizabeth como uma segunda opção. Feito o pedido formal por Collins, Elizabeth expressa uma veemente recusa, justificada por sua certeza de uma infelicidade conjugal para ambos:

– Asseguro-lhe, meu senhor, que não tenho quaisquer pretensões a esse tipo de elegância que consiste em atormentar um homem respeitável. Prefiro que me dê a honra de acreditar na minha sinceridade. Reitero uma vez mais meus agradecimentos pela honra que me concede com sua proposta, mas de modo algum posso aceita-la. Meus sentimentos me impedem sob todos os aspectos. Posso ser mais clara? Não me considere agora como uma mulher elegante com intenções de torturá-lo, e sim como uma criatura racional, exprimindo a verdade de seu coração (AUSTEN, 2009, p.125).

A noção de que marido e esposa deveriam encontrar felicidade conjugal no casamento, não encontrava-se entre as finalidades práticas desse tipo de união, que mais se assemelhava a um contrato formal com ares de transação comercial no qual a mulher e a propriedade estavam subordinadas a vontade do homem. Elizabeth Bennet opõe-se ao casamento por conveniência e privilegia a busca pelo amor e felicidade, uma tendência em ascensão no século XVIII, como aponta Vasconcelos (2007, p.127):

Com os casamentos sem amor, fundados apenas no interesse econômico, eram vistos como um estímulo ao adultério, pondo em risco dessa maneira a propriedade e a descendência, começou a haver uma mudança de atitude, já no final do século, em direção a uma defesa crescente ao casamento baseado no afeto e no companheirismo. O amor passa a se constituir em um novo ingrediente que deve nortear a escolha do par pelos jovens e não é de se surpreender que tantos romances ao longo de todo o século XVIII tematizem esse momento crucial na vida de seus personagens, [...].

Elizabeth não acredita que um casamento por conveniência, mesmo em face dos riscos que correria caso não contraísse núpcias, considerando que só poderia encontrar a felicidade se fosse casada com um homem que pudesse admirar. Por isso seu assombro ao saber que sua amiga Charlotte Lucas havia aceitado a proposta de Collins. Charlotte justificou sua escolha para Elizabeth:

— Imagino o que esteja sentindo — retrucou Charlotte — Você deve estar surpresa, muito surpresa mesmo... Há bem pouco tempo o sr. Collins queria se casar com você. Mas quando tiver tempo de pensar a respeito, espero que fique satisfeita com o que fiz. Não sou romântica, você bem sabe, nunca fui. Só peço uma casa confortável, e considerando o caráter, as relações e a posição do sr. Collins, estou convencida de que minha chance de ser feliz com ele é tão boa quanto a maioria das pessoas a começar a vida matrimonial (AUSTEN, 2009, p.142).

Neste ínterim, Elizabeth começava a estreitar os vínculos de sua relação com George Wickham, um jovem oficial de boa aparência e extremamente sociável que despertara seu interesse. Nos primeiros encontros ambos demonstram preferência

pela companhia um do outro, e mesmo ciente das parcias condições econômicas do rapaz, a jovem decide tentar conquistar seu coração.

Logo ela toma conhecimento de uma antiga querela entre ele e Darcy quando o jovem lhe revela as injustiças que sofrera, atribuindo ao herdeiro de Pemberley a causa de seus infortúnios econômicos presentes. Acrescido a essa revelação, Elizabeth ainda descobre de que Darcy teria interferido na relação entre Jane e Bingley, provocando a separação do casal. Para Elizabeth, as primeiras impressões dadas pelo jovem cavalheiro se revelam mais torpes do que ela supunha, de modo que ao receber um segundo pedido de casamento, agora feito por Darcy, seu assombro se equivale a sua convicção em recusar a proposta. Ela diz:

- Desde o início, quase posso o dizer desde o primeiro momento que travamos conhecimento, suas maneiras, incutindo-me a forte noção de sua arrogância, sua presunção e seu desdém egoísta pelos sentimentos alheios, foram suficientes para lançar os alicerces da desaprovação sobre os quais posteriores acontecimentos construíram tão irremovível antipatia; e não havia um mês que nos conhecíamos quando percebi que o senhor seria o último homem do mundo com quem eu poderia ser convencida a me casar (AUSTEN, 2009, p.206).

Como Elizabeth poderia recusar uma proposta incomparavelmente melhor que a primeira? Sendo Fitzwilliam Darcy o único herdeiro de Pemberly e de amplos domínios de Derbyshire, a jovem teria um casamento extremamente vantajoso que repercutiriam em benefícios para toda a família. Elizabeth não aceitaria o pedido de um homem arrogante e insensível, independente de sua riqueza, totalmente alheio aos sentimentos dos demais, conforme reconhece Johnson (1988, p.81):

Primeiro de tudo para manter a tradição liberal da filosofia moral na qual *Orgulho e Preconceito* é afiliado, a felicidade é algo que muitos dos personagens sentem como um direito básico colocado a sua disposição. A culpa central de Darcy, depois de tudo, é ter sido negligente em relação agradar outras pessoas, levando a usado Elizabeth a usar termos tão incisivos como “um desdém egoísta do sentimento dos outros.” (tradução nossa).

Contudo, novos acontecimentos alteram a imagem do cavalheiro aos olhos da jovem: durante uma viagem com seus tios ela fica sabendo que Darcy é adorado por seus servos e pelos moradores da região, gratos por sua generosidade e proteção.

Nesta mesma ocasião, ela reencontra Darcy que se mostra atencioso e gentil, deixando a moça desconcertada. A opinião de Elizabeth a respeito de Darcy começa a tomar melhores rumos e os dois tentam retomar suas afinidades.

Elizabeth recebe uma carta de Jane, contando que Lydia havia fugido com Wickham, fato que colocava em risco a reputação das irmãs Bennets. Darcy localiza o casal fugitivo promovendo um casamento apropriado entre eles, e posteriormente incentivando Bingley a buscar uma reconciliação com Jane, atitudes visando o bem-estar de Elizabeth, conforme ele próprio lhe confessa:

Tenho sido um ser egoísta durante toda a vida, na prática, ainda que não em sentimentos. Quando criança, ensinaram-me o que era correto, mas não como corrigir meu gênio. [...] permitiram, encorajaram quase me ensinaram a ser egoísta e altivo; a não considerar pessoa alguma fora do círculo familiar; a desprezar o resto do mundo [...] Assim fui, dos oito aos vinte e oito anos; e assim poderia ainda ser não fosse por minha querida, amada Elizabeth! (AUSTEN, 2009, p.374).

Elizabeth uma jovem inteligente que sabe valer-se da objetividade e clareza para expor suas ideias, perceptiva o bastante para captar os menores detalhes e usá-los em suas avaliações do caráter alheio, orgulhosa de suas qualidades. Entretanto, finalmente admitiu haver deixado-se levar por primeiras impressões equivocadas e julgamentos de caráter precipitados. Darcy eventualmente aprendeu a considerar os sentimentos alheios e moderar seu orgulho, de modo que os dois jovens experienciaram um verdadeiro processo de aprendizagem emocional, como aponta Biguelini (2009, p.85):

Assim como Elizabeth enfrenta Lady Catherine, também Mr. Darcy passa a ignorar estes preceitos de desigualdade social e a ver na união entre os dois algo mais importante do que seguir os desejos da família ou respeitar os limites de sua classe social. Conhecer Elizabeth, mas sobretudo a forma como ela observa o mundo, fez com que Fitzwilliam Darcy aprendesse. [...] Ao longo do romance, tanto Darcy quanto Elizabeth aprenderam a não ser orgulhosos, nem preconceituosos. O crescimento foi mútuo. E porque ambos aprenderam com seus erros, mereceram o final feliz que Jane Austen lhes reservou.

Após um rápido noivado, os jovens se casaram indo morar em Pemberley, na companhia da irmã mais nova de Darcy, Georgiana que nutria afeto e admiração por

sua cunhada. Posteriormente, Jane e Bingley se mudam para uma propriedade próxima, tornando a convivência familiar ainda melhor.

Elizabeth arriscou muito ao se manter fiel as suas prerrogativas íntimas, e embora se considerasse uma jovem sensata e racional, quase se deixou levar pelo orgulho que sentia sobre seu bom discernimento, e com isso colocou em risco não só a própria felicidade, mas também a das irmãs.

Mas Elizabeth foi recompensada por observar o conselho que Jane Austen deu a sua sobrinha Fanny Knight, quando esta lhe escreveu contado sobre sua indecisão quanto ao seu noivado, e a tia prontamente lhe respondeu afirmando que seria melhor parecer volúvel e correr o risco de nunca encontrar outro pretendente semelhante do que se comprometer sem conhecer a plenitude do amor.

### **Considerações Finais**

Considera-se Jane Austen uma das mais populares autoras da Inglaterra, cuja obra ainda se faz presente, implícita ou explicitamente, no meio cultural contemporâneo através de um amplo e variado repertório de formas. Em *Orgulho e Preconceito* acompanha-se os caminhos percorridos por Elizabeth Bennet e Fitzwilliam Darcy em direção ao amor.

Despontando durante o século XVIII, o romance inglês manifestou uma ruptura com a tradição literária e com as formas de refletir sobre as relações entre literatura e sociedade. Aos romancistas do período, tocou recriar os materiais históricos e considerar novos padrões e técnicas narrativas, capazes de acompanhar a mudança social.

Em 1797, Jane Austen recebeu a primeira recusa para a publicação de *First Impressions*. Sem esmorecer no seu intento, a jovem escritora voltou a trabalhar no texto, rebatizando-o de *Orgulho e Preconceito*, que finalmente foi publicado em 1813.

O romance, como gênero literário, surgiu na sociedade inglesa do século XVIII, em meio ao desenvolvimento do capitalismo, da ascensão das classes comerciantes e industriais, do protestantismo e do pensamento filosófico individualista. Os anos de 1700 caracterizaram-se como um período de transição, no qual a sociedade e, especialmente o público leitor, demandavam uma nova forma literária.

Com a divisão das áreas de atuação entre os gêneros, o mundo doméstico com todos os seus desdobramentos se constituía no âmbito feminino por excelência, e Jane Austen fez da família – com todas as alegrias e atribulações vividas por seus membros, uma de suas temáticas centrais.

Sob a égide da História Nova, a associação entre História e Literatura tem se revelado extremamente frutífera para os pesquisadores de ambas as disciplinas. Um texto literário manifesta as sensibilidades, os princípios e inquietações dos homens e mulheres de um determinado contexto histórico. Permitem ao historiador vislumbrar, nas palavras dos indivíduos do passado, as forças que moviam ou paralisavam aquela sociedade.

A metodologia da Análise do Discurso, aplicada ao romance austeniano permite um exame de temas centrais e recorrentes em suas obras, como a família e o casamento. O método toma o discurso como um instrumento para investigar a relação entre língua e ideologia, buscando assimilar como a língua fornece sentidos aos sujeitos.

Em *Orgulho e Preconceito* Austen narrou as dificuldades enfrentadas pelas irmãs Bennet, que destituídas da herança paterna em benefício de um herdeiro masculino, necessitavam estabelecer um casamento vantajoso, para garantir sua proteção e sustento.

A protagonista do romance, Elizabeth Bennet, jovem perspicaz e dona de um temperamento vivo e brincalhão, acreditava que um casamento harmonioso fundava-se no amor e respeito mútuo entre os cônjuges. A busca pelo casamento por amor, figurava como uma tendência em crescente popularidade na sociedade inglesa do século XVIII.

Elizabeth recusa duas propostas de casamento, feitas por Collins e Darcy, por acreditar que seus pretendentes não poderiam fazê-la feliz. O primeiro, seu primo, um jovem pároco propenso ao servilismo e arrogância e, o segundo, um aristocrata de personalidade orgulhosa e antipática. A protagonista possuía um favorito, Wickham, que ela julgava possuir todas as qualidades desejáveis em um jovem.

Mas, com relação a Darcy os sentimentos de Elizabeth experimentam uma lenta transformação, devido a um inesperado reencontro entre ambos, durante uma viagem ao campo. Darcy mostra-se gentil e atencioso com Elizabeth e seus parentes, atitude que toca profundamente o coração da jovem.

Wickham revela toda a torpeza de seu caráter, fugindo com Lydia, sem a intenção de casar-se com a jovem. Por amor a Elizabeth, Darcy realizar todos os arranjos para o casamento do casal, e ainda reconcilia Jane com Bingley.

Após pequenas desditas, em um final tipicamente austeniano, Elizabeth e Darcy assumem seus erros e seu genuíno afeto mútuo, casando-se poucos meses depois, para o espanto de seu círculo familiar e pessoal. Elizabeth foi recompensada por manter suas convicções, desposando um marido devotado em obter sua felicidade.

## **Referências Bibliográficas**

- AUSTEN, Jane. *Orgulho e Preconceito*. Tradução de Celina Portocarrero. 1 ed. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2009.
- ARIÈS, Philippe. *Centuries of Childhood – A Social History of Family Life*. Great Britain: Vintage, 1962.
- BARROSO, Ivo. Apresentação. In: PORTOCARRERO, Celina. *Orgulho e Preconceito*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2009.
- BIGUELINI, Elen. *Uma união de mentes – casamento e educação das mulheres em Jane Austen e Elizabeth Inchbald*. 2012, p. 101 Dissertação (Mestrado em Letras) - Faculdade de Letras de Coimbra, Coimbra, 2009.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- CASEY, James. *A História da Família*. São Paulo. Editora Ática. 1992.
- DUBY, George; PERROT, Michelle. *História das Mulheres no Ocidente*. Edições Afrontamento: Porto, Portugal : 1991. Volume 3.
- ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Editora Civilização brasileira, 1984.
- FALCON, Francisco José Calazans . *Iluminismo*. São Paulo: Editora Ática, 1994.
- 
- \_\_\_\_\_. *Mercantilismo e Transição*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.
- GILBERT, Sandra M; GUBAR, Susan. *The Madwoman in the attic: The Woman Writer and the nineteenth – Century Literary Imagination*. New Haven and London: Yale University Press, 1984.
- HILL, Christopher. *O mundo de ponta-cabeça: ideias radicais durante a revolução inglesa de 1640*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- HOBSBAWM, Eric J. *A era das Revoluções: 1789-1848*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. São Paulo: 2009
- JOHNSON, Claudia L. *Jane Austen: Women, Politics, and the Novel*. Chicago: University of Chicago Press, 1988.
- 
- \_\_\_\_\_. & TUITE, Clara. *A companion to Jane Austen*. Oxford: Blackwell Publishing, 1995.
- MARI, Hugo. Análise do Discurso e o Ensino: a importância de se pensar repensar o trabalho com a língua. In: *Categorias e práticas de análise do discurso*. MARI, Hugo (org.); MELLO, Renato (ed.). Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso/FALE/UFMG, 2000.
- MARTÍ, Ruth Falcó. *La Arqueología Del Género: Espacio de mujeres, mujeres con espacio*. Alacant: Espagrafic, 2003.
- NODARI, Paulo César. *A emergência do individualismo moderno no pensamento de John Locke*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.
- ORLANDI, Eni P. Michel Pêcheux e a Análise do Discurso. *Estudos da Língua(gem)*. Vitória da Conquista, n. 1, jun.2005. p. 9-13. Disponível em: <http://www.cpelin.org/estudosdalinguagem/n1jun2005/artigos/orlandi.pdf>. Acesso 13.jul.2014.

- PATEL, Maria Joana. *Família, Trabalho e Relações Conjugais: perspectivas de dominação e de igualdade no feminino e no masculino*. 2005, p. 246 Dissertação (Mestrado em Sociologia) Faculdade de Letras da Universidade do Porto-FLUP.
- PESSAVENTO, Sandra Jatahy. História & literatura: uma velha – nova história, *Nuevo Mundo Mundos Nuevos [Online]*, Debates, jan.2006. Disponível em <http://nuevomundo.revues.org/1560>, Acesso em 13.jul.2014.
- PINION, F.B. *A Jane Austen Companion – A critical survey and reference book*. Londres: MacMillan Press Ltda, 1973.
- THOMPSON, Edward P. *Costumes comuns. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- 
- \_\_\_\_\_. *Tradición, revuelta y conciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona: Editorial Critica, 1984.
- VASCONCELLOS, Sandra Guardini. *A formação do romance inglês. Ensaios teóricos*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild/FAPESP, 2007.
- WATT, Ian. *The rise of the novel – Studies in Defoe, Richardson and Fielding*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1957.
- SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n 2, jul./dez. 1995, p. 71-99. Disponível em: <[https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1210/scott\\_gender2.pdf?sequence=1](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1210/scott_gender2.pdf?sequence=1)> Acessado em 13.jul.2014.